

DIFICULDADES NA LEITURA E NA ESCRITA: UM DESAFIO PARA A GESTÃO ESCOLAR

**Joaquim Silva Pereira¹, Meiriane da Silva Pinheiro², Iranilda Pereira dos Santos³,
Francisca Rosane Gomes Freitas⁴, Aldemiza Correia da Silva⁵, Antônio Roberto Xavier⁶**

¹Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, Brasil,
(joaquimsilpper@gmail.com)

²Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB,
Redenção, Brasil

³Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA/CE, Acaraú, Brasil,

⁴Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, Brasil,

⁵Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB,
Redenção, Brasil

⁶Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB,
Redenção, Brasil

Resumo: Esta pesquisa é fruto de uma reflexão acerca das “Dificuldades na leitura e na escrita: um desafio para a gestão escolar”. O interesse pelo assunto surgiu a partir de questionamentos e reflexões frente a esse problema que tanto aflige o trabalho docente e atinge diretamente a escola e os processos de gestão, tendo em vista que, basicamente, uma escola de qualidade é, no aspecto cognitivo, onde se aprende. E se aprende o que? A ler, a escrever e a contar. O sucesso de uma escola é medido pelo desempenho de seus alunos. Se os alunos, cada um no seu ritmo, conseguem aprender continuamente, sem retrocessos, a escola é sabia e respeitosa. Assim, o gestor tem um olhar voltado para a promoção de uma educação com equidade por meio da minimização dos efeitos perversos de uma sociedade hierarquizada, tanto culturalmente, quanto nas suas estruturas sócio-políticas. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as principais causas das dificuldades da leitura e da escrita dos alunos na alfabetização. A metodologia aplicada caracterizou-se por uma revisão de literatura. Com os resultados desse estudo, espera-se que o processo da aquisição da leitura e escrita por parte dos alunos do ciclo de alfabetização-letramento seja mais bem compreendido pelos docentes e gestores escolares.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Sucesso Escolar; Leitura-Escrita; Desempenho; Cognitivo.

INTRODUÇÃO

Não se pode contestar a importância que tem a leitura e a escrita no desenvolvimento do ser humano. Os trabalhos de especialistas, como psicopedagogos, pedagogos e outros dão conta de que ler e escrever proporcionam libertação, compreensão do mundo, reflexão crítica, informação, educação, socialização, conhecimentos, argumentação, politização, humanismo, prazer e lazer.

Abrangendo os aspectos que a leitura e a escrita compreendem, o desafio é a contribuição prática e teórica em diferentes campos de atuação, oferecendo a integração entre a cognição e o afeto, a participação do corpo e da mente no ato de aprender. É necessário se redescobrir o real sentido da escola, da leitura e da escrita nesses jovens e da própria educação, para que se possa construir o novo, valorizando o velho, mas, sobretudo, promovendo, uma forma de sentir, de transformar o mundo, pela educação e leitura, com um olhar pedagógico.

O processo de alfabetização escolar continua sendo um tema desafiador para muitos educadores. Mesmo existindo uma quantidade enorme de pesquisas mostrando novas teorias e metodologias nessa área, formar leitores e escritores competentes nas escolas públicas e privadas, continua sendo uma das metas prioritária a serem alcançadas. Sabendo que a importância de tal meta pode ser explicada pelo grande reconhecimento da sociedade, principalmente pelos professores, de que a leitura e a escrita são práticas interligadas ou condições necessárias, embora não suficientes, para o pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

Portanto, leitura e escrita são atividades que estão intimamente relacionadas em todas as práticas sociais. E foi dentro dessa concepção que o modelo tradicional de alfabetização, ou seja, os métodos sintéticos e analíticos passaram a ser criticados desde os anos 60, quando alguns países desenvolvidos perceberam a questão do analfabetismo funcional em uma boa parte das suas respectivas populações.

Sabendo que o analfabeto funcional é aquele indivíduo capaz de lê um texto e no fim não sabe dizer ou escrever o que compreendeu, ou melhor, passa vários anos na escola, tem o contato com o código escrito, mas não sabe utilizar a leitura e a escrita como instrumento de prática social e desenvolvimento da cidadania. A respeito disso, Leite (2001, p. 23) mostra que:

[...] no modelo tradicional, a escrita era entendida como um simples reflexo da linguagem oral, ou seja, a escrita era concebida como uma mera representação da fala; nesta perspectiva, ler e escrever são entendidos como atividades de codificação e decodificação, sendo o processo de alfabetização reduzido ao ensino do código escrito, centrado na mecânica da leitura e da escrita. Daí a grande preocupação com a questão metodológica: qual o método que melhor possibilita ao aluno o domínio do código. Trabalhava-se com a perspectiva de, primeiramente, ensinar o código e, posteriormente, habilitar o aluno a utilizá-lo, o que dificilmente acontecia [...]

Nesse sentido, foram desenvolvidos vários trabalhos, merecendo destaque os de Emília Ferreira que são referências, principalmente nos programas de alfabetização em diversos países. Para essa autora e muito outros o processo de alfabetização inicia-se muito antes do período formal de escolarização, ou seja, a criança ao chegar à escola para começar o processo formal de alfabetização, já tem todo um conhecimento das funções da escrita do seu próprio mundo, que foi adquirido através das práticas sociais, estabelecidas por ela com os adultos. Esse conhecimento será determinado pela quantidade e qualidade das interações ou contatos que a criança teve com a escrita. Dessa forma, o que cabe a escola é dar continuidade a esse processo, que foi iniciado “naturalmente” desde que a criança nasceu. A esse respeito, Leite (2001, p. 29) ressalta que:

[...] Uma das críticas ao modelo tradicional que ele representa uma ruptura nesse processo: a escola passa a apresentar para a criança a escrita através de textos totalmente descontextualizados enfatizando somente o código, em detrimento do significado. Além disso, utilizam-se textos que não correspondem aos usos sociais da escrita. O desafio que se coloca para a escola, portanto, é possibilitar ao aluno ampliar as possibilidades dos usos linguísticos da escrita, habilitando-o nos diferentes usos da linguagem escrita e oral, numa perspectiva crítica, ou seja, formar o leitor e o produtor de textos tendo em vista o aprimoramento do exercício da cidadania.

Sendo assim, dentro dessa perspectiva: de formar leitores e escritores competentes para o exercício da

cidadania, o conceito de alfabetização vem mudando radicalmente nas últimas décadas. Considerou-se durante muito tempo, que uma pessoa estava alfabetizada quando sabia ler e escrever, ainda que num nível muito rudimentar. Foi essa a concepção que orientou a maioria das escolas no mundo inteiro.

Acreditava-se que, em poucos meses ou até um ano, dava para ensinar os princípios básicos da codificação dos sons e letras e, a partir de então, as crianças já estariam aptas a empregar esse conhecimento em diversas situações. Essa concepção levou a maioria das crianças ao fracasso escolar. Pois, encerrada a etapa de um conteúdo e, passando alguns meses da aplicação deste, a maioria esquecia o que tinha aprendido; ocorria o fenômeno conhecido como regressão ao analfabetismo.

Atualmente, os educadores trabalham com um conceito mais abrangente, denominado letramento. Esse conceito refere-se não apenas ao saber ler e escrever, mas principalmente ao saber usar a leitura e a escrita nas práticas sociais. Sendo assim, para passar da condição de analfabeta, a pessoa precisa incorporar a linguagem escrita em sua vida. Portanto, letramento é “[...] o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequências de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais” (SOARES, 1998, p. 05).

MATERIAL E MÉTODOS

Tendo em vista os objetivos já mencionados, a metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental com fins exploratórios e descritivos, confrontando com as ideias resultantes de prática educativa. Segundo Xavier, et al (2021), as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, de uma forma geral, de modo peculiar na Educação, por sua natureza e campo epistemológico, estão vinculadas com maior frequência na abordagem qualitativa (XAVIER, et al, 2021, p.8).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O entendimento que hoje se tem do trabalho escolar é de que a ênfase deve estar no ensino e na aprendizagem, uma visão que subordina o administrativo pedagógico. Afinal, a principal razão de ser da escola é a aprendizagem de todos os alunos. Observa-se, assim, claramente que a leitura e a escrita têm o seu lugar no mundo urbano circundante, e assim, não se pode deixar de aplicá-las na sala de aula. No entanto, para Napolini (1996), os adolescentes alfabetizados que leem e escrevem como partes de suas atividades normais no ambiente

urbano, abstêm-se cuidadosamente de dar mostras destas capacidades diante de outros educandos com dificuldades nessas habilidades e, ao contrário, demonstra ser uma atividade enfadonha, e até mesmo desgastante.

O papel dos educadores, além de orientar os estudantes a uma prática constante para com a leitura, deve facilitar o acesso do aluno para tal experiência. Isso se intensifica nas atividades em sala de aula. O Professor deve proporcionar ao educando leitura de tudo que vê, aproveitando aquilo que o rodeia: jornais, revistas em quadrinho, receitas, panfletos e outros instrumentos que facilitam o acesso à leitura.

O professor deve compreender o mundo de leitura do seu educando e sabendo que em casa não dispõe de acompanhamento da leitura, deve realizar em sala de aula essa tarefa, assumindo o lugar daquelas pessoas que deveriam realizar e não fazem. Isso não representa prejuízo, mas uma maneira de orientar o aluno para prática de leitura em sua vida social.

A maturidade para a leitura e a escrita depende muito mais das ocasiões sociais de estar em contato com a linguagem escrita do que de qualquer outro fator que se invoque. Não tem sentido deixar a criança à margem da linguagem escrita, esperando que amadureça. Por outro lado, os tradicionais exercícios de prontidão não ultrapassam o nível de treinamento perceptivo motor, na verdade é o nível cognitivo que está envolvido no processo.

O homem tem inerentemente uma necessidade individual de se expressar e uma necessidade social de se comunicar. Essas necessidades estão relacionadas que ele se questiona se não seria melhor dizer que o homem se expressa comunicando, ou que a base de sua comunicação é sua expressão individual. Para que ocorra essa comunicação, é importante que as bases desta tenham sido firmadas, de forma que esse processo dialogal aconteça em níveis crescentes.

A esse respeito, conforme Kato (1993, p. 12) “[...] Somos nós, ouvintes, que reestruturamos a cadeia sonora em unidades não físicas, mas psicologicamente significativas como o fonema, a palavra e a oração (ou cláusula)”. Ressalta ainda, a referida autora que:

Essa reestruturação é uma operação cognitiva da qual não temos consciência, pois tais entidades só passam a ser conscientemente sentidas através de letramento. Todos nos passamos, em nossa alfabetização, por uma fase em que as palavras apareciam grudadas umas nas outras, e a tarefa de silabá-las era um bicho de sete cabeças (KATO, 1993, p. 12).

A autora quer mostrar é que é necessário levar o alfabetizado a descobrir os sistemas de letramento, fazendo-o perceber que há uma ligação entre o que se fala com o que se escreve. A procura pela codificação demonstra que, pouco a pouco, a criança vai descobrindo que existem maneiras de compreender a escrita e dela se apropriar.

Nos últimos vinte anos aproximadamente a concepção tradicional de alfabetização, como a aplicação individual de uma série de técnicas para codificar e decodificar qualquer texto escrito, sofrer uma série de transformações. Uma delas está na importância fundamental de que os textos possuem uma ampla variedade de propósitos, que são úteis no cotidiano. Diferentes propósitos originaram diferentes tipos, que requerem, por sua vez, diferentes modos de compreensão.

Essas mudanças comprovam que, estar alfabetizado significa ter um repertório de procedimentos e a habilidade de selecionar o procedimento adequado nos conforme com distintos tipos de textos e a intenção de realizar esta confrontação.

Nos últimos anos a sociedade brasileira vem vivenciando mudanças significativas em diversas esferas da vida econômica e social. A organização e a estrutura do sistema educacional, como parte desse contexto mais amplo, também têm passado por inúmeras transformações expressas tanto na base legal produzidas a partir do final da década de oitenta, como nos contornos que a gestão escolar vem assumindo em período recente.

A escola como um grupo social, no exercício continuado em busca do trabalho coletivo num clima de respeito, solidariedade, apoio mútuo e tolerância favorece o crescimento do indivíduo no grupo, fortalece seu compromisso social e sua competência como educador.

O gestor como um grande articulador da escola, esforça-se por criar canais adequados de comunicação e interação, no intuito de manter um bom clima entre os funcionários na realização de suas tarefas de apoio, para garantir o alcance dos objetivos da escola e todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

D’Ambrósio (1999, p. 112), enfatiza que: “[...] o encontro com o diferente é o ponto de partida para você encontrar todos os diferentes”. Para o referido autor à interação entre as pessoas, na escola, não é só “estar juntos”, trocar ideias ou dividir tarefas do dia-a-dia, mas também enfrentar dificuldades e superar divergências.

Um grupo de pessoas se transforma em uma equipe quando consegue criar um espírito de trabalho coletivo, no qual as diversidades das pessoas não se constituam em entraves, mas se transformem em riquezas que as unam e se completem na busca de objetivos comuns.

Para este autor, o gestor deve trabalhar a variação dos pontos de vista ou de comportamento como fator de enriquecimento para o grupo e como forma de ampliar a visão particular de cada indivíduo na escola. Por ser ele o principal articulador, a comunicação é um dos aspectos dos mais relevantes e complexos, visto que a comunidade escolar é composta por pessoas com personalidades distintas. (ABREU, 2001, p. 112).

No trabalho, as pessoas convivem e interagem umas com as outras, comunicam-se, despertam simpatia ou antipatia, se aproximam ou se afastam, entram em conflito, competem, cooperam, estreitam amizade, são sinceras ou dissimuladas nas suas relações. Esses fatores podem fazer parte do seu cotidiano, no desenvolvimento do seu trabalho. A formação, as experiências familiares e escolares, o caráter e a personalidade influem na maneira como a pessoa interage com os outros.

Para Abreu (2001, p. 117), nesse intercâmbio o gestor é corresponsável pelo sucesso ou fracasso de uma boa comunicação e conseqüentemente uma relação interpessoal de qualidade. O gestor não tem “soluções mágicas” isso significa, então que é preciso desenvolver competências para enfrentar tais desafios. Não apenas desenvolver as suas mais também favorecer o desenvolvimento de seus colegas.

A presença de um líder é indispensável na vida de uma equipe e coordená-la requer procedimento que permitem criar um clima de participação democrática que supere o autoritarismo, o individualismo, a centralização do poder, portanto, gestor deve ser democrático, aberto, inovador, flexível, demonstrando seu desejo de aprender e de receber o auxílio das pessoas com os quais trabalha. Conhecendo os valores da equipe cuja coordenação lhe é confiada, incentivando a autoestima, e o reconhecimento de necessidades individuais e do coletivo.

Por ser o gestor um articulador, deve ouvir mais, falar menos e sempre estar pronto a ouvir todos. A gestão deve ser exercida com naturalidade, valorizando as pessoas buscando sempre o respeito mútuo, praticando no dia a dia, exercício de crescimento para o coletivo e individual, numa ação

participativa que vise atingir, de forma compartilhada, resultados satisfatórios para a equipe.

A construção da gestão democrática é um exercício diário. O gestor deve manter uma relação o mais permanente possível com os que compõem a escola. Por isso é importante que ele saiba partilhar uma comunicação mais abrangente possível ampliando, o horizonte que favoreçam as relações interpessoais. Abreu (2001), ressalta sua capacidade para criar o espírito de trabalhar em equipe criando habilidades, atitudes importantes, e inovadoras, abrem espaços para o aprendizado dando-lhe uma relação para uma gestão democrática, no desafio diário. O gestor passa a ser o grande articulador das ações de todos os segmentos e que é ele também quem mantém o ânimo de todos no trabalho educativo, desenvolvendo uma boa capacidade decisória, percebendo e compreendendo as diferentes alternativas, compreendendo a vida como um processo dinâmico, flexível, criativo interdependente no qual as ações representem não só numa dimensão individual, mas numa dimensão muito mais ampla, a do contexto em que vivemos.

Quando um grupo consegue criar um clima de confiança para aprender a fazer e receber críticas sem reações emocionais intensas, ele amadurece torna-se fonte de crescimento para cada um de seus componentes, permitindo identificar seus avanços e dificuldades. A sociabilidade é condição imprescindível a uma existência. Por mais contraditória que seja tal situação, o homem só pode se realizar como pessoa se inserido numa comunidade social e interagindo com seus semelhantes. Por isso é importante refletir sobre fatores que favorecem e dificultam o processo que dificultam o processo de interação. Nesse entender, Marçal (2001, p. 28), ressalta:

Por ser heterogêneo, o coletivo da escola lida com vários desafios que estimulam o grupo gestor a organizar-se para resolver os problemas relativos ao trabalho que produz, nesse sentido, um grande desafio que a escola atual precisa vencer refere-se a tarefa de estimular, manter e avaliar o trabalho em variados segmentos.

Através da discussão com o seu grupo, melhorando a qualidade do trabalho, assegurando ações solidárias entre os sujeitos da escola, refletindo sobre uma visão compartilhada na escola. O esforço do gestor em valorizar os serviços que os funcionários prestam e a contribuição de sua participação no processo de crescimento da escola é fundamental na qualidade da educação que esta oferece à comunidade. É importante que o gestor defina uma sistemática de

avaliação criteriosa para os programas de formação continuada. Uma sólida formação profissional inicial e um aperfeiçoamento são fundamentais aos que atuam na escola, para assim discutir e refletir sobre a prática diária.

O gestor nas práticas administrativas compartilhadas, requer a escola em seu cotidiano como um lugar de inúmeras e diversificadas práticas. Conforme Oliveira (2001), essa por sua vez, não se sustenta sem uma concepção de sociedade ou de mundo. Portanto, esta diversidade de práticas de gestão, está em permanente movimento no cotidiano da escola, seja seu êxito, ou seja, para o seu fracasso, e historicamente têm servido mais para controlar do que para estimular novos conhecimentos. Este processo está presente no pedagógico, materializam-se nas relações profissionais do professor com os alunos e comunidade permeiam o currículo, mediante, a seleção de conteúdos e atividades extraclasses com o sistema de avaliação e o planejamento do Projeto Político Pedagógico da escola. Para entendermos melhor o momento em que vivemos hoje é bom lembrar as tensões em torno da função social da escola, da educação e da cultura, nas últimas décadas, quando diferentes concepções e práticas se confrontam avançam e recuam. Veremos que o momento atual é fruto dessa confluência entre concepções e opções.

CONCLUSÃO

A Liderança Educacional transformadora, democrática, participativa e proativa vem sendo considerada como estratégia fundamental para a implementação de mudanças necessárias à educação. O desenvolvimento de competências que possibilitem a formação de líderes educacionais e formadores de formadores têm-se constituído num desafio.

A gestão participativa é necessária também para garantir o aumento do profissionalismo, melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, desenvolverem consciência social crítica e sentido de cidadania. Com a autoridade compartilhada o grupo passa a trabalhar em equipe, assim, melhorando o ambiente de trabalho, valorizando as aptidões de cada um e atingindo metas coletivas. Um líder participativo é aquele que cria um clima de confiança, incentivador dos funcionários, constrói equipes participativas, tem comunicação aberta com os pais, alunos, professores funcionários e garante o sucesso da escola. Buscar qualidade na educação é atender necessidades atuais e futuras dos alunos. São necessárias melhorias contínuas em todos os sentidos relacionados ao ensino.

Enfim, a alfabetização só ganha sentido na vida das crianças, se elas puderem aprender algo mais que juntar letras. Elas precisam desenvolver junto com o aprendizado da escrita novas habilidades cognitivas de compreensão, elaboração e controle da própria atividade, precisam também criar novas motivações para transformarem a si mesmas e o meio onde vivem. Tudo isso é possível, desde que a escola apresente uma proposta didática atualizada que leve em conta a capacidade dos alunos no processo de alfabetização, propiciando desde o início do processo de alfabetização espaço para que eles mostrem o que já sabem e aquilo que precisam ou desejam saber.

Diante deste contexto, a gestão escolar é de suma importância para que haja a efetivação da aquisição da leitura e da escrita dos educandos. A presença de liderança, de coordenação, é indispensável na vida de uma equipe educativa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos de modo especial a Universidade Estadual do Ceará – UECE, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, por proporcionar e disseminar a construção do conhecimento. Ao Professor Orientador, Antônio Roberto Xavier, por toda competência e dedicação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza Vasques de. **Como desenvolver a gestão dos servidores na escola?** Modulo VIII. Brasília: CONSED, 2001.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação para uma sociedade em transição.** Campinas/SP: Papirus, 1999.

KATO, M. Estratégias em interpretação de sentenças e compreensão. **Cadernos PUC**, Linguística, 16:9-33, 1993.

LEITE, Sergio Antônio da Silva (org.). **Alfabetização e letramento:** contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi: Arte escrita, 2001.

MARÇAL, Juliane Corrêa. (Org.) **Progestão:** como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Modulo III. Brasília: CONSED, 2001.

OLIVEIRA, Jaime Alencar. **Realização Coeducar.** Fortaleza: Sindicato/Apeoc, 2001.

SOARES, Magda Becker. **O que é letramento e alfabetização.** Texto publicado no livro letramento: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

XAVIER, A. R. et al. Pesquisa em Educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. Educa. **Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4627>. Acesso em: 04 jun. 2023.